



À Reunião de Câmara.

18/06/2018

A Presidente da Câmara Municipal;

Júlia Rodrigues
Júlia Rodrigues

**CONSOLIDAÇÃO
DE CONTAS**

2017



ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Perímetro de Consolidação	3
3. Método de Consolidação	5
4. Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	5
4.1. Balanço Consolidado.....	6
4.2.Demonstração de Resultados Consolidada	8
4.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada	9
5. Análise dos Mapas Consolidados	9
5.1. Balanço Consolidado.....	9
5.2 Demonstração de Resultados Consolidada	10
5.3 Fluxos de Caixa Consolidados	10
6. Indicadores.....	11
7. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	12
7.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação	12
7.2. Entidades excluídas do perímetro de consolidação.....	12
7.3. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada.....	13
7.4. Informações relativas aos procedimentos de consolidação.....	13
7.5. Informações sobre o financiamento de médio e longo prazo.....	13
7.6. Informações relativas a compromissos	13
7.7. Informações relativas a políticas contabilísticas	13
7.8. Informações relativas a determinadas rubricas	16

1. Introdução

A crescente utilização pelos municípios de formas organizacionais de natureza empresarial, facilitando a prossecução de novas atribuições e competências, torna manifestamente insuficiente a simples prestação de contas individualizada por cada uma daquelas entidades. Os municípios assumem cada vez mais uma lógica de grupo municipal pelo que, a sua atividade deve ser integrada e articulada com as restantes entidades que detêm ou controlam.

Nesse sentido, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, introduziu a obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, introduzindo uma nova ferramenta de gestão que permite avaliar a verdadeira posição financeira e os resultados do grupo autárquico. Nesta conformidade a consolidação de contas constitui um instrumento de gestão para os responsáveis políticos, complementa a informação das contas individuais, evidencia a forma de financiamento do grupo e, essencialmente aumenta a transparência das contas públicas.

Nos termos do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelo Órgão Executivo, submetendo-se posteriormente à apreciação do Órgão Deliberativo durante a sessão de junho do ano seguinte.

Nesta conformidade, apresentam-se as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2017, elaboradas de acordo com os procedimentos definidos para as entidades do setor público administrativo.

2. Perímetro de Consolidação

De acordo com o n.º 3 do art.º 75.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, o grupo autárquico é constituído pelo Município de Mirandela e duas empresas municipais, designadamente o Metropolitano Ligeiro de Mirandela S.A. (MLM) e a Agro Industrial do Nordeste, E.I.M., S.A. (AIN).

O MLM iniciou a sua atividade em julho de 1995 em resultado de um projeto conjunto entre o Município de Mirandela (com participação de 90% no capital da empresa) e a CP E.P.E. – Comboios de Portugal (que detém 10% no capital). Inicialmente a sua atividade limitou-se à exploração do troço urbano Mirandela/Carvalhais, tendo-se alargado posteriormente à estação do



Tua na margem do Douro, sendo a manutenção da linha responsabilidade da então REFER, atualmente Infraestruturas de Portugal.

No entanto, na sequência do fatídico acidente ocorrido em agosto de 2008, a atividade da empresa, foi restringida à exploração do troço Mirandela – Cachão, e Mirandela – Carvalhais, com as inerentes consequências para a situação financeira da empresa. Verificando-se a limitação da atividade ferroviária, em 2012 esta empresa assumiu também a gestão dos transportes rodoviários no perímetro urbano da cidade, competindo-lhe apenas a gestão do serviço, sendo que os encargos associados ao funcionamento e manutenção dos equipamentos são da responsabilidade do Município à exceção das despesas com o pessoal afeto à atividade da empresa.

Durante o ano de 2017 o transporte rodoviário não sofreu alteração assim como a prestação do serviço de transporte escolar ao Município. O MLM assegurou ainda, via táxi, o transporte de passageiros anteriormente servidos pela linha do Tua conforme tem acontecido nos últimos anos.

A estrutura acionista da AIN é composta pelo Município de Mirandela e pelo Município de Vila Flor com uma participação de 49,10% cada, sendo o restante capital detido por pequenos acionistas.

Esta Entidade desenvolve a sua atividade no âmbito da promoção de condições de fixação de empresas através da venda ou arrendamento de espaços no Complexo Industrial do Cachão, bem como a recuperação da sua participada Matadouro Industrial do Cachão (MIC) com o objetivo de criação de condições favoráveis para o processo de venda em curso. A este propósito, foi consensualizado a transição da atividade da participada MIC para a AIN, através de um processo de internalização da atividade operacional do matadouro na AIN, detentora de 100% do capital do MIC, tendo como objetivo a promoção de ganhos de eficiência e eficácia.

Relativamente à promoção do património imobiliário, a AIN continua a deparar-se com dificuldades na concretização das vendas bem como na cobrança de rendas.

A atividade desta Empresa foi afetada negativamente pelos incêndios ocorridos nos anos de 2013 e 2016 e, apesar de todos os esforços desenvolvidos no sentido de remoção dos resíduos resultantes, a situação ainda não se encontra totalmente resolvida.

“Apesar de já ser um acontecimento de 2018, na altura da elaboração deste relatório já é conhecida a decisão de o Fundo de Intervenção Ambiental subsidiar a retirada do lixo do Complexo do Cachão”. (Relatório de Gestão de 2017 da AIN)

3. Método de Consolidação

Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, são os previstos na Orientação n.º 1/2010 aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho. Nesta conformidade, os métodos adotados na presente consolidação de contas foram o método da consolidação integral e o método da equivalência proporcional.

O método da Consolidação integral é utilizado quando a entidade consolidante detém uma participação superior a 50% na entidade controlada, aplicando-se ao MLM. Este método consiste na integração no balanço, na demonstração de resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações de resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas, evidenciando os interesses minoritários.

Para efeitos de consolidação com a AIN utilizou-se o método proporcional de forma a refletir uma imagem mais verdadeira e apropriada dos Ativos e sobretudo dos Passivos desta entidade nas contas consolidadas. Este método consiste na integração das demonstrações financeiras dessa Entidade na proporção da participação do Município.

4. Demonstrações Financeiras Consolidadas

Com a obrigatoriedade de elaborar contas consolidadas na Administração Pública, tornou-se necessária a publicação da Portaria 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010 designada por Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo. Esta Orientação define o conjunto de princípios, regras, métodos, bem como todas as normas necessárias, pois o Plano Oficial de Contabilidade Pública é omissivo relativamente a esta matéria.

Nesta conformidade, a Portaria 474/2010, determina que as demonstrações financeiras consolidadas são constituídas pelo balanço consolidado, demonstração consolidada dos resultados, mapa de fluxos de caixa consolidado e anexo às respetivas demonstrações financeiras, bem como o relatório de gestão.

Este conjunto de mapas retrata a informação económico financeira do grupo autárquico à data de encerramento do exercício de 2017 permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais, para a qual o estudo das contas individuais das entidades que constituem o perímetro de consolidação se releva insuficiente.

4.1. Balanço Consolidado

Código das Contas	ATIVO	Exercício	
		2017	2016
	Imobilizado:		
	Bens de domínio público:		
451	Terrenos e recursos naturais	131.513,70	132.769,90
452	Outras construções e infraestruturas	9.363.546,76	9.870.743,54
459	Outros bens de domínio público	1.156.122,07	1.235.977,27
445	Imobilizações em curso	14.876.338,37	13.352.163,01
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público		
		25.527.520,90	24.591.653,72
	Imobilizações incorpóreas:		
443	Imobilizações em curso	463.187,27	463.187,27
		463.187,27	463.187,27
	Imobilizações corpóreas:		
421	Terrenos e recursos naturais	4.351.281,67	4.261.281,67
422	Edifícios e outras construções	13.535.765,87	13.976.850,89
423	Equipamento básico	519.233,82	299.307,92
424	Equipamento de transporte	191.484,44	235.049,13
425	Ferramentas e utensílios	89.832,07	48.295,31
426	Equipamento administrativo	302.864,10	29.671,21
429	Outras imobilizações corpóreas	312.589,12	273.972,02
442	Imobilizações em curso	21.577.035,28	21.380.048,35
		40.880.086,37	40.504.476,50
	Investimentos financeiros:		
411	Partes de capital	1.749.351,58	1.741.208,56
412	Obrigações e títulos de participação	979.640,33	979.640,33
		2.728.991,91	2.720.848,89
	Circulante:		
	Existências:		
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	172.490,53	230.143,96
32	Mercadorias	1.069.051,94	1.072.820,85
		1.241.542,47	1.302.964,81
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (b)		
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:		
28	Empréstimos concedidos		
211	Clientes c/c	98.389,99	58.132,22
212	Contribuintes c/c	346.102,11	287.930,04
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	570.427,95	270.098,08
24	Estado e outros entes públicos	51.633,93	35.930,76
262 + 263 + 267 + 268 + 221	Outros devedores	1.086.886,98	1.625.888,31
		2.153.440,96	2.277.979,41
	Depositos em instituições financeiras e Caixa:		
12 + 13 + 14	Depositos em instituições financeiras	1.642.374,35	1.657.462,23
11	Caixa	2.654,72	2.608,16
		1.645.029,07	1.660.070,39
	Acréscimos e diferimentos:		
271	Acréscimos de proveitos	606.695,06	755.227,14
272	Custos diferidos	23.936,84	38.770,02
		630.631,90	793.997,16
	Total do Ativo	75.270.430,85	74.315.178,15

Código das contas	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício	
		2017	2016
	Fundos próprios:		
51	Património	17.033.260,46	17.033.260,46
	Diferenças de Conciliação	276.413,30	245.074,11
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	-212.904,24	-212.904,24
56	Reservas de reavaliação	538.794,39	538.794,39
	Reservas:		
571	Reservas legais	1.455.762,75	1.243.400,75
574 a 579	Outras (subsídios e doações)	1.309.763,50	1.307.458,51
59	Resultados transitados	5.310.752,75	1.812.957,09
	Interesses Minoritários	-159.228,23	-157.921,56
	Subtotal	25.552.614,68	21.810.119,51
88	Resultado líquido do exercício	1.613.418,09	4.243.855,23
	Total dos Fundos Próprios	27.166.032,77	26.053.974,74
	Passivo		
	Provisões		
291	Provisões para riscos e encargos	2.608.077,69	1.942.315,44
		2.608.077,69	1.942.315,44
	Dívidas a terceiros — Médio e longo prazo		
23	Dívidas a instituições de crédito	10.151.599,88	11.703.503,45
	Credores Diversos	485.847,13	699.744,33
		10.637.447,01	12.403.247,78
	Dívidas a terceiros — Curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	5.361.926,69	4.710.858,04
228	Fornecedores — Facturas em recepção e conferência	148.690,24	63.178,55
253 + 254	Empresas participadas e participantes		66.001,01
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	4.352.123,66	3.790.023,82
24	Estado e outros entes públicos	132.065,76	120.169,39
	Outros credores	265.838,03	80.266,79
262+263+264+265+ +267+268+211	Garantias e Cauções	824.198,59	726.263,57
		11.084.842,97	9.556.761,17
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1.903.978,91	1.930.906,55
274	Proveitos diferidos	21.870.051,50	22.427.972,47
		23.774.030,41	24.358.879,02
	Total do passivo	48.104.398,08	48.261.203,41
	Total dos fundos próprios e do passivo	75.270.430,85	74.315.178,15

4.2.Demonstração de Resultados Consolidada

Código das Contas	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2017		2016
CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
	Mercadorias	1.259.855,39		
	Matérias	1.054.923,38	2.314.778,77	1.536.877,49
62	Fornecimentos e serviços externos		6.680.085,99	6.016.486,74
641 + 642	Custos com o pessoal	4.665.468,33		
	Remunerações			
	Encargos sociais:			
643 + 644	Pensões			
645/8	Outros	1.146.423,67	5.811.892,00	5.800.950,08
662+663	Amortizações do imóvel corpóreo e incorpóreo	2.230.857,56		
67	Provisões	375.151,58	2.606.009,14	2.221.354,99
63	Transferências e subsídios correntes concedidos	1.413.947,80		
65	Outros custos e perdas operacionais	100.658,01	1.514.605,81	775.328,81
(1)	Juros e custos similares:		18.927.371,71	16.350.998,11
	(A)			
	Relativos a empresa do grupo			
	Outros	234.776,41	234.776,41	285.784,34
	(C)		19.162.148,12	16.636.782,45
69	Custos e perdas extraordinários		360.744,82	365.128,55
	(E)		19.522.892,94	17.001.911,00
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		2.148,97	1.893,97
	(G)		19.525.041,91	17.003.804,97
	Interesses Minoritários		125,50	435,55
88	Resultado líquido do exercício		1.613.418,09	4.243.855,23
			21.138.460,00	21.247.660,20
PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas:			
	Mercadorias	138.412,00		
	Produtos	1.719.437,59		
	Prestações de serviços	935.584,82	2.793.434,41	2.634.035,56
72	Impostos e taxas	4.395.972,98		
(2)	Varição da produção			
75	Trabalhos para a própria empresa			
73	Proveitos suplementares	1.670,99		
74	Transferências e subsídios obtidos	11.112.318,54		
76	Outros proveitos operacionais	1.136.169,57	16.646.132,08	16.930.681,03
	(B)		19.439.566,49	19.564.716,59
78	Proveitos e ganhos financeiros		8.473,15	8.799,45
	(D)		19.448.039,64	19.573.516,04
79	Proveitos e ganhos extraordinários		1.690.545,86	1.674.579,71
	(F)		21.138.585,50	21.248.095,75
	Resumo:			
	Resultados operacionais: (B) - (A)		512.194,78	3.213.718,48
	Resultados financeiros: (D-B) - (C-A)		-226.303,26	-276.984,89
	Resultados correntes: (D) - (C)		285.891,52	2.936.733,59
	Resultados antes de impostos: (F)- (E)		1.615.692,56	4.246.184,75
	Resultado líquido do exercício: (F) - (G)		1.613.418,09	4.243.855,23

4.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada

	Recebimentos			Pagamentos	
Saldo da gerência anterior		1.660.070,39	Despesas orçamentais		20.967.934,84
Execução Orçamental	806.320,27		Correntes	15.774.519,70	
Operações de Tesouraria	853.750,12		Capital	5.193.415,14	
Receitas orçamentais		20.855.626,60	Operações de Tesouraria		1.187.264,35
Correntes	19.479.774,89		Saldo para a gerência seguinte		1.645.029,07
Capital	1.375.828,64		Execução Orçamental	694.012,03	
Outras	23,07		Operações de Tesouraria	951.017,04	
Operações de Tesouraria		1.284.531,27			
		23.800.228,26			23.800.228,26

5. Análise dos Mapas Consolidados

5.1. Balanço Consolidado

O Balanço apresenta a situação económico-financeira do grupo, evidenciando os seus bens e direitos (ativo) que representam a aplicação de fundos, e por outro lado a origem desses fundos (passivo e capital próprio).

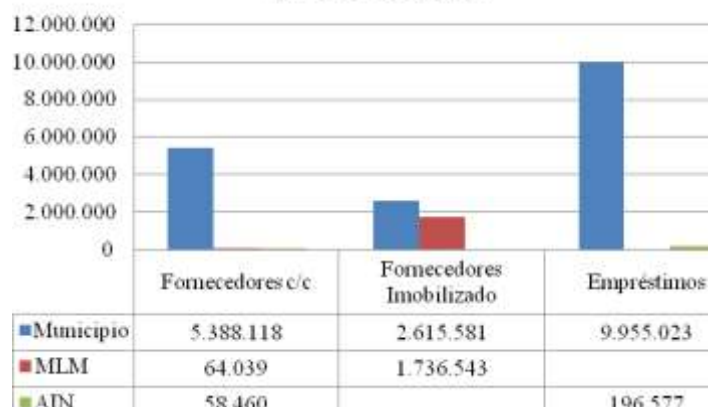
O Balanço individual do Município de Mirandela representa 98% do Balanço Consolidado refletindo a sua posição dominante. Comparativamente ao ano anterior, o ativo líquido registou um aumento superior a 955.000€, que deriva essencialmente do aumento do imobilizado do Município.

Relativamente aos fundos próprios consolidados que representam 27.166.033 €, destacam-se o património (17.033.260 €), bem como os resultados transitados (5.310.753 €), de realçar que o resultado líquido de 2016 foi de 4.243.855€ que contribuiu para o aumento considerável dos resultados transitados. Neste agregado a entidade-mãe mantém o seu destaque.

No que respeita à estrutura do passivo, salienta-se o aumento das provisões que no final de 2017 registaram o montante de 2.608.078 €, correspondendo na totalidade a valores registados pelo Município. Comparativamente ao ano de 2016, o passivo de médio e longo prazos, diminuiu cerca de 14%, enquanto que o passivo de curto prazo aumentou 16%, contribuindo para este aumento a dívida a fornecedores.

O gráfico abaixo apresentado, retrata a composição da dívida do grupo, salientando-se que conforme referido em anos anteriores, MLM tem registada uma dívida de 1.711.479 €, relativa ao fornecimento de equipamento básico no entanto, este incumprimento assenta no facto de não terem sido consumados os termos do acordo celebrado entre os acionistas, relativo à cedência de uns terrenos a desafetar do domínio público ferroviário, os quais serviriam para pagar a referida dívida.

Divida Consolidada



5.2 Demonstração de Resultados Consolidada

A demonstração de resultados permite avaliar o grau de eficiência alcançado no exercício económico, revelando os custos e perdas, bem como os proveitos e ganhos.

Analisando a estrutura dos custos e perdas da demonstração de resultados consolidada, verifica-se que os custos com pessoal bem como os fornecimentos e serviços externos são os que maior peso têm na totalidade dos custos e perdas.

No que respeita aos proveitos e ganhos, destacam-se as transferências e subsídios obtidos, sendo que as transferências que o Município recebe provenientes do Orçamento do Estado, representam a quase totalidade do montante registado na demonstração de resultados consolidada.

O resultado líquido do grupo para o ano de 2017 foi de 1.613.418 €, representando um forte decréscimo relativamente ao exercício de 2016.

5.3 Fluxos de Caixa Consolidados

	Recebimentos			Pagamentos	
Saldo da gerência anterior		1.660.070,39	Despesas orçamentais		20.967.934,84
Execução Orçamental	806.320,27		Correntes	15.774.519,70	
Operações de Tesouraria	853.750,12		Capital	5.193.415,14	
Receitas orçamentais		20.855.626,60	Operações de Tesouraria		1.187.264,35
Correntes	19.479.774,89		Saldo para a gerência seguinte		1.645.029,07
Capital	1.375.828,64		Execução Orçamental	694.012,03	
Outras	23,07		Operações de Tesouraria	951.017,04	
Operações de Tesouraria		1.284.531,27			
		23.800.228,26			23.800.228,26

O mapa de fluxos de caixa consolidado é o documento síntese da execução orçamental do grupo municipal, espelhando os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício económico no grupo autárquico evidenciando ainda os saldos iniciais e finais.

Nesta conformidade, o saldo orçamental consolidado para a gerência de 2018 é de 694.012 €, salientando-se que os recebimentos da mesma natureza ascenderam a 20.855.627 €, que foram efetuados pagamentos de caráter orçamental no montante total de 20.967.935 € e que o saldo orçamental a 1 de janeiro de 2017 era de 806.320 €.

6. Indicadores

	2017
Vendas e Prestação de serviços (Volume de Negócios)	2.793.434
Resultado Líquido do Exercício	1.613.418
Total de Proveitos	21.138.586
Total de Custos	19.525.042
Resultado Operacional	512.195
Resultados Financeiros	-226.303
Resultados Antes de Impostos	1.615.693
FSE / Vendas	239,14%
Custos Financeiros / Proveitos	1,11%
Custos com Pessoal / Vendas	208,06%
	2017
Rendibilidade das Vendas	86,84%
Rendibilidade Económica	2,14%
Rendibilidade Financeira	3,35%
	2017
Grau de Autonomia Financeira <i>Capitais Próprios / Activo Líquidos</i>	0,36
Grau de Solvabilidade <i>Capitais Próprios / Passivo</i>	0,56
Coefficiente de Dependência <i>Passivo / Capitais Próprios</i>	1,77
Liquidez Geral <i>Activo Circulante / Passivo curto prazo</i>	0,51
Liquidez Reduzida <i>(Activo Circulante - Existências) / Passivo curto prazo</i>	0,40
Liquidez Imediata <i>Disponibilidades / Passivo curto prazo</i>	0,15
Rendibilidade Económica do Activo <i>Resultados Operacionais / Activo Líquido</i>	0,01

7. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

7.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação

De acordo com o estabelecido no art.º n.º 75.º da Lei n.º 73/2013, o grupo municipal é constituído pelo Município e entidades por ele controladas, sendo que o quadro seguinte identifica as entidades que constituem o perímetro de consolidação da Autarquia.

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Acionistas	% da Participação
Agroindustrial do Nordeste, S.A.	Cachão - Mirandela	Dinamização da Indústria da região, através da criação de condições para a fixação de empresas.	Município de Mirandela Município de Vila Flor	49,10%
Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.	Mirandela	Transporte de passageiros	Município de Mirandela Comboios de Portugal - CP	90%

Número de Trabalhadores do grupo municipal:

- Município de Mirandela – 295 trabalhadores
- Agroindustrial do Nordeste, S.A. – 2 trabalhadores
- Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A. – 6 trabalhadores

7.2. Entidades excluídas do perímetro de consolidação

As entidades identificadas no quadro seguinte, não integram o perímetro por não se verificar controlo por parte do Município.

Entidades Societárias	Sede	Capital Social / Património	Participação em Capital
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	Vila Real	152.198.130€	2,21 %
Hospital Terra Quente S.A.	Mirandela	1.500.000,00 €	10,00 %
Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua – Associação ADRVT	Mirandela	160.218,83 €	10,00 %
Agência de Energia de Trás-os-Montes	Chaves	41.148,64 €	6,66 %
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	Viana do Castelo	1.118.802,37 €	0,00 %
Desteque – Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente	Mirandela		25,00 %
Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes (CIM-TT)	Bragança	56.680,93 €	0,00 %
Fundação Museu do Douro	Régua	1.049.034 €	0,79 %
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Porto	1.209.248,22 €	4,90 %
Resíduos do Nordeste S.A	Mirandela	50.000 €	17 %
Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana	Mirandela	3.452.715,55 €	28,00 %

7.3. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As demonstrações financeiras aqui apresentadas seguem os critérios valorimétricos previstos no POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação. Para este efeito, as demonstrações financeiras individuais das empresas municipais foram refeitas de forma a permitir a comparabilidade, a agregação e a anulação de saldos.

7.4. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Obtiveram-se as demonstrações financeiras individuais das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, assim como os detalhes contabilísticos de todos os saldos e transações realizados entre elas.

Não houve conhecimento de eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras.

7.5. Informações sobre o financiamento de médio e longo prazo

O mapa de endividamento de médio e longo prazo consolidado, constitui um dos mapas obrigatórios da Prestação de Contas Consolidada.

Código/Designação	Dívidas a terceiros de médio/longo prazos				Eliminação de créditos/dívidas recíprocas	Grupo público consolidado
	CMM	MLM	AIN	TOTAL		
1.	2.	3.	4	5=2+3+4	6	7=5-6
Dívidas a Terceiros de MLP:						
2312 - Empréstimos obtidos MLP	9.955.022,95	0,00	196.576,93	10.151.599,88	0	10.151.599,88
Credores Diversos	419.846,33	0,00	178.144,71	597.991,04	112.143,91	485.847,13
Total	10.374.869,28	0,00	374.721,64	10.749.590,92	112.143,91	10.637.447,01

7.6. Informações relativas a compromissos

Nada a reportar

7.7. Informações relativas a políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com o objetivo de dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica, financeira e patrimonial, aplicando os princípios de continuidade, consistência, especialização, custo histórico, prudência, materialidade e da não compensação.

Os registos contabilísticos tiveram por base os seguintes critérios valorimétricos, utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados:

Imobilizado



O ativo imobilizado, foi valorizado ao custo de aquisição ou produção.

As imobilizações em curso estão registadas ao custo de aquisição ou de produção durante a sua fase de construção.

Não existe incorporação do custo em empréstimos e a sua transferência para imobilizado concluído depende do recebimento do auto de receção provisória.

Investimentos Financeiros

As participações refletidas no balanço consolidado estão reconhecidas ao custo de aquisição, conforme estabelecido no POCAL.

Existências

As Existências estão registadas ao custo de aquisição, incluindo o IVA não dedutível, utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas de armazém.

Dividas a terceiros

As dívidas a terceiros estão reconhecidas ao valor nominal. No final do período foram analisadas as dívidas de forma a avaliar a existência de problemas de recuperabilidade.

Disponibilidades

Os saldos de disponibilidades estão reconhecidos ao valor nominal.

Especialização de Exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos e constam nos respetivos exercícios económicos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Amortizações

As amortizações do Grupo estão contabilizadas com base nas taxas previstas na Portaria n.º 671/2000 – CIBE. O método de cálculo das amortizações é o das quotas constantes.

Provisões

As Provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários e estão associadas a processos judiciais em curso e a perdas em valores a receber.

Subsídios à Exploração



São contabilizados na conta de subsídios à exploração, atendendo ao grau de execução dos custos que subsidia, sendo reconhecidos em conta a receber os montantes para as quais já existem fortes expectativas de recebimento (pedido de pagamento efetuado).

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente de impostos diretos e indiretos é reconhecido quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.

Subsídios ao Investimento

São relevados em proveitos diferidos os montantes dos subsídios ao investimento cujas candidaturas já se encontram aprovadas na proporção dos custos incorridos em cada projeto (% acabamento) sendo relevados em dívidas a receber a parte ainda não recebida e para as quais existe já fortes expectativas de recebimento (pedido de pagamento efetuado).

Estes montantes são reconhecidos em Proveitos Extraordinários na proporção das amortizações dos respetivos bens.

Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor, estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de proveitos e custos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vida útil do património;
- Provisões das dívidas a receber;
- Provisões para riscos e encargos;
- Estimativa de Férias e Subsídio de Férias;
- Proveitos a receber de projetos participados;
- Subsídios a receber de entidades terceiras;
- Taxas a receber de terceiros.

7.8. Informações relativas a determinadas rubricas

Financiamentos ocorridos no ativo imobilizado e amortizações acumuladas:

As taxas médias de depreciação do Património são as seguintes:

Conta	Descrição	Taxas de Amortização
42.2	Edifícios e Outras Construções	0% - 20%
42.3	Equipamento Básico	0% - 100%
42.4	Equipamento de Transporte	7,14% - 100%
42.5	Ferramentas e Utensílios	7,14% - 100%
42.6	Equipamento Administrativo	0% - 100%
42.9	Outras Imobilizações Corpóreas	0% - 100%
43.3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	33,33% - 100%
45.3	Outras Construções e Outras Infraestruturas	0% - 5%
45.5	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	5%

O mapa de variação do Património é o seguinte:

A/C	Designação	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
42	Imobilizações corpóreas	55.303.172,07	2.701.519,12	2.007.098,95	55.997.592,23
421	Terrenos e recursos naturais	4.540.004,27	90.000,00	278.722,59	4.351.281,67
422	Edifícios e outras construções	20.611.336,34	716.181,57	794.098,26	20.533.419,64
423	Equipamento básico	3.649.840,55	288.723,74	3.250,29	3.935.314,00
424	Equipamento de transporte	2.130.965,55	38.848,41		2.169.813,95
425	Ferramentas e utensílios	665.991,07	101.101,18		767.092,25
426	Equipamento administrativo	1.973.735,31	339.662,34	44.202,23	2.269.195,42
429	Outras imobilizações corpóreas	351.251,00	43.189,36		394.440,36
442	Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	21.380.048,00	1.083.812,52	886.825,58	21.577.034,94
43	Imobilizações Incorpóreas	463.187,27	0,00	0,00	463.187,27
443	Imobil. em curso de bens de imob. incorpóreas	463.187,27	0,00	0,00	463.187,27
45	Bens de Domínio Público	32.866.907,00	2.317.118,53	549.732,02	34.634.293,51
451	Terrenos e recursos naturais	135.396,00		0,00	135.396,00
453	Outras construções e infraestruturas	17.098.434,00	204.877,94	0,00	17.303.311,94
459	Outros bens de domínio público	2.280.914,00	38.333,21	0,00	2.319.247,21
445	Imobil. em curso de bens de domínio público	13.352.163,00	2.073.907,38	549.732,02	14.876.338,36
		88.633.266,34	5.018.637,65	2.556.830,97	91.095.073,01

O quadro seguinte sintetiza o movimento ocorrido nas amortizações acumuladas:

A/C	Designação	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
482	Imobilizações Corpóreas	13.725.875,00	1.470.239,60	78.608,45	15.117.506,15
4821	Terrenos e recursos naturais	0,00			0,00
4822	Edifícios e outras construções	5.840.387,00	1.157.266,59		6.997.653,59
4823	Equipamento básico	3.350.533,00	83.328,77	17.781,21	3.416.080,56
4824	Equipamento de transporte	1.895.916,00	91.322,47	8.909,37	1.978.329,10
4825	Ferramentas e utensílios	617.696,00	62.135,38	2.570,96	677.260,42
4826	Equipamento administrativo	1.944.064,00	70.983,03	48.715,81	1.966.331,22
4829	Outras imobilizações corpóreas	77.279,00	5.203,36	631,10	81.851,26
45	Bens De Domínio Público	8.275.254,00	831.641,93	122,60	9.106.773,33
4851	Terrenos e recursos naturais	2.626,00	1.256,20		3.882,20
4853	Outras construções e infraestruturas	7.227.691,00	712.197,32	122,60	7.939.765,72
4859	Outros bens de domínio público	1.044.937,00	118.188,41		1.163.125,41
		22.001.129,00	2.301.881,53	78.731,05	24.224.279,48

Dívidas a terceiros apresentadas no Balanço Consolidado:

As dívidas a terceiros reportados a 31 de dezembro de 2017 são as seguintes, apresentadas por exigibilidade:

Dívidas a Terceiros	2017
Dívidas de Médio / Longo Prazo	
Empréstimos de Médio / Longo Prazo	10.151.599,88
Outros credores	485.847,13
Dívidas de Curto Prazo	
Fornecedores, c/c	5.361.926,69
Fornecedores — Faturas em receção e conferência	148.690,24
Empresas participadas e participantes	0,00
Fornecedores de imobilizado, c/c	4.352.123,66
Estado e outros entes públicos	132.065,76
Outros credores	265.838,03
Garantias e Cauções	824.198,59
	21.722.289,98

Repartição do Valor Líquido Consolidado das Vendas e Prestação de Serviços:

O valor consolidado das vendas e prestações de serviços, repartido por categoria de atividade é o seguinte:

Vendas e Prestações de Serviços	Município de Mirandela	Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.	Agroindustrial do Nordeste Lda.	Total
Mercadorias	3.362,95	0,00	0,00	3.362,95
Produtos acabados e intermédios	1.719.437,59		135.049,05	1.854.486,64
Saneamento	13.013,82	0,00	0,00	13.013,82
Transportes coletivos de pessoas e mercadorias	26.807,71	0,00	0,00	26.807,71
Trabalhos por conta de particulares	9.015,08	0,00	0,00	9.015,08
Cemitérios	12.210,00	0,00	0,00	12.210,00
Mercados e feiras	44.012,70	0,00	0,00	44.012,70
Instalações desportivas, culturais e recreativas	123.731,02	0,00	0,00	123.731,02
Rendas e Alugueres	58.518,84	0,00	0,00	58.518,84
Outros	275.075,38	227.742,18	145.457,99	648.275,55
	2.285.185,09	227.742,18	280.507,04	2.793.434,31

Demonstração consolidada dos Resultados Financeiros:

A Demonstração dos Resultados Financeiros a 31 de dezembro de 2017 apresenta o seguinte detalhe:

Custos e Perdas	2017
Juros Suportados	234.776,41
Outros Custos E Perdas Financeiros	
Resultados Financeiros	-226.303,26
	8.473,15

Proveitos e Ganhos	2017
Juros Obtidos	8.473,15
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	
	8.473,15

Demonstração consolidada dos Resultados Extraordinários:

No quadro seguinte apresenta-se a Demonstração dos Resultados Extraordinários a 31 de dezembro de 2017.

Custos e Perdas	2017
Transferências de Capital Concedidas	266.031,33
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	28.711,53
Outros Custos e Perdas Extraordinárias	66.001,96
Resultados Extraordinários	1.329.801,04
	360.744,82

Proveitos e Ganhos	2017
Ganhos em existências	
Ganhos em imobilizações	
Benefícios de penalidades contratuais	7.563,79
Reduções de amortizações e provisões	
Correções relativas a exercícios anteriores	919.777,36
Outros proveitos de ganhos extraordinários	763.204,71
	1.690.545,86

Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas:

O custo das vendas a 31 de Dezembro de 2017 é o seguinte:

Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	Município de Mirandela	Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.	Agroindustrial do Nordeste Lda.	Total
Mercadorias	1.258.730,56	0,00	1.124,83	1.259.855,39
Matérias-Primas	1.054.923,38	0,00	0,00	1.054.923,38
Matérias Subsidiárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Materiais De Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00

Mirandela, 18 de junho de 2018.

A Presidente da Câmara Municipal;


 Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues

O Vice-Presidente da Câmara Municipal;


 Orlando Ferreira Pires

O Vereador em Regime de Tempo Inteiro;


 Vera Cristina Quintela Pires Preto

A Vereadora em Regime de Tempo Inteiro;


 José Miguel Romão Cunha

O Vereador em Regime de Não Permanência;


 Rui Fernando Moreira Magalhães

O Vereador em Regime de Não Permanência;


 Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo

O Vereador em Regime de Não Permanência;


 Manuel Carlos Pereira Rodrigues